



* A. C. Portinari Greggio

ENTENDENDO A CONFUSÃO DO ORIENTE MÉDIO

“*Though this be madness, yet there is method in it*” (Shakespeare, Hamlet)

O Autor deste texto teve oportunidade de trabalhar por cerca de dez anos no Oriente Médio. Por razões profissionais, percorria todos os países da região e cobria uma área que ia do Paquistão, no extremo oriental, até a Líbia, no lado ocidental. Nosso escritório era em Riad, capital do Reino da Arábia Saudita. Boa parte desses países eram ainda nações em formação, não consolidadas.

O Reino foi fundado em 1930. Até então, seu território era vasto deserto habitado por dezenas de tribos de beduínos desde os primórdios da História. Foi ali que surgiu o Islam, religião cujo livro fundamental, o Corão, equivale a uma constituição e um completo código de leis civis, penais e comerciais. Ou seja, os elementos essenciais para a formação de um Estado já existiam – território, povo e lei. Mas foi somente mediante conquista militar comandada pelo futuro Rei Abdelaziz ibn Saud, que a Arábia se unificou e formou o primeiro Estado. Mas a consolidação do Reino como nação unificada ainda não se completou. Na época em que lá vivi – as décadas de 1970 e 1980 – o Estado saudita coexistia com dezenas de tribos. O espírito tribal sobrevivia não apenas no deserto, mas também nas populações urbanas.

Nesse cenário tive oportunidade de estudar a vivo a difícil consolidação de uma nação e de um Estado nacional. As leis do Corão são de origem divina, portanto não dependem da autoridade do Estado, o qual não tem monopólio da Justiça. Teoricamente, podem ser aplicadas por quaisquer grupos de fiéis. Além disso, as tribos têm suas próprias tradições e identidades. As ofensas podem ser objeto de retaliação direta. Por isso, o Estado tem de ser forte e impor seu poder para manter a unidade nacional. A coisa se complica ainda mais devido à tortuosa relação entre os vários países da região. A existência de uma Lei universal, acima dos Estados nacionais, relativiza as soberanias nacionais e dá margem a mútuas intromissões nos negócios internos entre os países. Como se vê, o sistema é institucionalmente instável, mas sem dúvida é excelente laboratório para o estudo de *Realpolitik*.

A organização tribal persiste, de forma potencial e velada, em todo o Oriente Médio. A única exceção talvez seja o Egito, devido à sua longa história de centralização imperial desde a era dos faraós.

No Iraque podemos observar, em sucessivas recidivas históricas, o fenômeno da **retribalização**, ou seja, o retorno das populações à organização tribal após longos hiatos de civilização urbana. A retribalização do Iraque aconteceu na época do Império Otomano, entre os séculos 14 e 19, quando o Iraque era terra de ninguém, devastada pelas invasões mongóis do século 13 e em seguida como campo de batalha entre os turcos otomanos e a Pérsia. O retorno do Iraque à vida civilizada ocorreu lentamente, a partir do final do século 18. O surgimento do Iraque moderno no século 20, sob o domínio britânico, foi um arranjo artificial improvisado no Acordo Sykes-Picot, assinado secretamente entre a França e a Grã-Bretanha em 1916. Qualquer observador que conhecesse a região concordaria em que as fronteiras e embriões de nações criadas por esse Acordo eram artificiais, pois juntavam no mesmo território e sob governos instáveis, populações incompatíveis que só podiam se manter juntas pela força das armas.

Os britânicos, interessadíssimos no petróleo do Iraque e no domínio do Golfo Pérsico, tentaram estabelecer uma monarquia constitucional chefiada pelo Rei Faisal, cuja legitimidade derivava da sua direta descendência da dinastia hachemita, ou seja, da tribo do Profeta Maomé. O regime terminou num golpe militar que assassinou toda a família real e seus apoiadores, em 1958.

Dois outros países criados pelo mesmo Acordo, **Libano** e a **Síria** tinham esse mesmo problema de crônica instabilidade, de permanente estado de tensão interna. Sua administração coube à França. Foi ainda pior do que o caso do Iraque, porque a própria França passava por crônica crise política nesse período. A solução francesa foi submeter o Libano e a Síria à administração colonial direta, em coalizão com oligarquias locais. O sistema funcionou enquanto as tropas francesas impuseram o ordenamento. Mas o período colonial terminou, a Síria e o Libano se tornaram nações independentes em 1943, e a partir daí os conflitos internos começaram.

No **Libano** as tensões internas explodiram na guerra civil de 1975 a 1990 – quinze anos! – com cerca de 120 mil mortos e um milhão de refugiados, numa população de apenas 2,5 milhões.

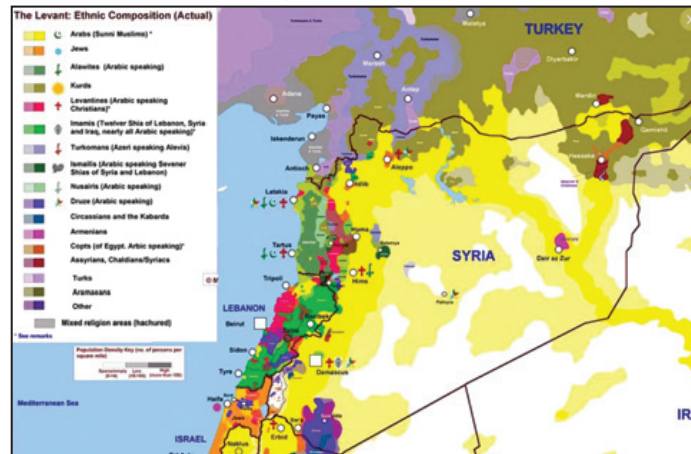
No **Iraque** não houve guerra civil, houve apenas uma sucessão de golpes de Estado que culminaram na ascensão de Saddam Hussein em 1968. Em 1990 o ditador, num ato de estúpida precipitação, invadiu o Kuwait, com óbvia intenção de em seguida ocupar todo

o litoral do Golfo e se apossar das maiores reservas de petróleo do mundo. Uma coalizão de países liderados pelos Estados Unidos repeliu a invasão em rápida campanha militar. Em 2003, sob o falso pretexto de impedir o desenvolvimento de armas de destruição em massa, os Estados Unidos invadiram o Iraque. A intenção original era depor a ditadura de Saddam Hussein e impor um regime “democrático” ao país. Mas, orientado por idiotas plantados na cúpula da Casa Branca, o governo americano cometeu erros sobre erros no processo, e logo perdeu o controle da situação.

A invasão do Iraque era parte de uma estratégia equivocada que envolvia também a “democratização” da **Síria**. Mas em vez de invadir o país – afinal, há uma importante base naval russa no porto de Latakia – o governo americano usou outras armas e tentou subverter o regime sírio mediante a denominada “Primavera da Síria”, em 2011. Como resultado, seguiu-se a guerra civil, que ainda não terminou completamente. Não se sabe o número exato de mortos, mas há estimativas entre 200 e 470 mil, mais 3,5 milhões de refugiados.

As desastrosas intervenções americanas tinham, como um de seus principais objetivos, prevenir a expansão da influência do Irã na vasta faixa que abrange o norte do Iraque e a Síria. O resultado foi exatamente o oposto: o Ocidente perdeu por completo qualquer influência que podia ter nessa região, a qual caiu sob o controle de facções islâmicas radicais mortalmente hostis.

Se o leitor aguentou a leitura até este ponto, deve estar a perguntar-se qual é o propósito deste artigo: confundir ou explicar? Sei que o tema é confuso, e as explicações são tão intrincadas que não caberiam neste espaço.



Mapa da Síria e do Libano, no qual são indicadas as diferentes facções étnicas e religiosas. As áreas vazias são desertos, onde não há populações sedentárias

O próximo é o **Egito**. No século 19 era governado por uma dinastia estabelecida em 1805 por Mohammad Ali, que modernizou o país e fez do Egito uma próspera e civilizada nação. Em 1952 o último rei, Faruq, foi deposto num golpe militar chefiado pelo coronel Jamal Abdel Nasser, que estabeleceu uma desastrosa ditadura populista-assistencialista. O assistencialismo resultou em **explosão demográfica degenerativa**. A população, que em 1950 era de 21 milhões de habitantes, aumentou para mais de 100 milhões, situação insustentável porque a área habitável do Egito é minúscula – apenas 35 mil km², ou 3,5% da área total de pouco mais de 1 milhão de km². Os restantes 96,5% do território são desertos de pedra e areia. Hoje, o Egito é país economicamente inviável, dependente de ajuda externa para sobreviver. Essa ajuda não falta porque os demais países da região sabem que o Egito, devido à sua posição geográfica, importância cultural e potencial militar, é crucial para a estabilidade do Oriente Médio.

Mais ao Oriente, temos as **repúblicas da Síria, do Libano, do Iraque e do Irã**. Ao sul da Península Arábica, a república do **Iêmen**. Os demais países da região – **Kuwait, Bahrein, Qatar, Emirados e Arábia Saudita** – são antigas monarquias no poder há quase um século.

Neste ponto já podemos tirar algumas conclusões.

Primeira: No Oriente Médio, as monarquias são mais estáveis e consolidadas do que as repúblicas. Além de estáveis, as monarquias são mais tolerantes, prósperas e livres. Não pense o leitor, porém, que o melhor desempenho das monarquias do Oriente Médio seja devido às virtudes desse modo de governo tal como o

conhecemos no Ocidente. Não têm nada em comum com as da Inglaterra, Espanha, Suécia e outras. A estabilidade das monarquias orientais se deve a uma qualidade denominada *‘assabiyyah* (عصبية) definida pelo historiador Ibn Khaldun no seu monumental livro *Muqaddimah*. É um conceito complexo que também não cabe discutir aqui. Fica para outro artigo.

Segunda: Não há lugar, no Oriente Médio, para o que no Ocidente se entende como “*democracia*”. Um dos erros mais crassos dos analistas ocidentais é a presunção de que a “*democracia*” seja o regime ideal, epitome da civilização, para o qual todos os povos tendem a convergir, como se fosse o *locus naturalis* da Humanidade. Baseados nessa ilusão, tentam atochar esse regime ao resto do mundo, como nos desastrosos experimentos no Iraque e na Síria.

Terceira: Todas as recentes intervenções do Ocidente no Oriente Médio deram errado devido aos **métodos simplórios de manipulação política usados pelos analistas ocidentais**, que eu denominaria **determinismo mecânico**. Muita gente no Ocidente não consegue entender a mente e a cultura dos povos do Oriente Médio, e insiste em raciocinar em **termos mecânicos de causa-e-efeito**. Tal como numa antiga máquina de escrever: aciona-se a tecla *A*, imprime-se a letra *a*; aciona-se a *B*, imprime-se *b*. Acontece que o Oriente Médio funciona como as máquinas alemãs de criptografia *Enigma*. Aciona-se *A*, imprime-se *w*; aciona-se *B*, imprime-se outra letra qualquer. Não há correspondência direta entre **ação e efeito**. Por quê?

Na máquina *Enigma*, a resposta é que, quando se aciona uma tecla, o sinal passa por um conjunto de tambores magnéticos que o recodificam segundo um algoritmo secreto: só quem tem a senha pode decifrar a mensagem resultante. No Oriente Médio, porém, não há senhas nem códigos secretos. O que existe ali, e domina todas as ações políticas, é a presença viva da História. Tal como os tambores magnéticos da *Enigma*, cada ação política no Oriente Médio é remediada ao passado, e de lá retorna com respostas inesperadas. Praticamente todos os conflitos e fenômenos políticos só se explicam por fatos que ocorreram séculos atrás. Como explica o jornalista egípcio Mamoun Fandy:

“*Os árabes, mesmo após a vitória do Islam, nunca foram povos ideológicos, guiados por explicações intelectuais sobre si mesmos e o mundo ao redor. Nada disso. O que os inspira e orienta são as ligações de sangue. Não obstante ter sido o Islam a maior revolução intelectual da nossa História, nós, árabes, conseguimos adaptá-lo segundo os interesses da família, da tribo, da nação. O Islam começou como revelação lúcida da Verdade, como formador de ideias e de Estados. Mas, logo após o período dos primeiros califados, formaram-se os domínios dos Omiadas, dos Abássidas, dos Fatímidas, e assim por diante. Ou seja: temos uma história de tradições de clãs e de tribos, não uma História de ideias. Pergunta-se: será que essa história de corações e de sentimentos continua a existir após a chamada Primavera Árabe? Claro que sim. As pretensas ideias revolucionárias, as novidades ideológicas, tudo isso no fim se transforma em novos pretextos e aparências para as mesmas lealdades de sangue de sempre.*”

Infelizmente o nosso espaço é limitado. Voltaremos ao tema no próximo artigo, na esperança de que o paciente leitor não desista de entender a complicação da política do Oriente Médio. Como veremos, esse entendimento ajuda, e muito, a compreender a nossa confusa e desorientada política do Brasil, e talvez nos forneça as chaves para resolver nossas crônicas crises.